

A CONCEPÇÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA NEUROPSICOPEDAGÓGICA

Ananda Samanta Melo da Paixão

Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica. Especialista em Gestão Escolar pela UNIASSELVI. Coordenadora pedagógica do curso perversitibular Rosana Bastos

1 | INTRODUÇÃO

Viver na contemporaneidade, cercada de questionamentos e reflexões, nos permite pensar nas mais diversas possibilidades de conhecimentos sobre o nosso agir e do outro, com viés presumido na lógica e na metodologia. E por assim pensar e questionar-se, é pertinente abordar a concepção da ética profissional, seja nos mais variados campos ou no que diz respeito a sua prática neuropsicopedagógica.

Primariamente é importante utilizar-se da ética com a finalidade de explorá-la no conceito de moral. Nesse sentido, recorro aos estudos de Vazqués (1995) que define ética como ciência da moral, isto é, de uma

esfera do comportamento humano. Ele ressalta que não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. O que nos indica a sua importância para a formação humana. Conceber a moral como objeto de investigação da ética, possibilita diversas relações. De tal modo que a competência profissional, a educação, a política, a epistemologia, enfim a cidadania, tem alguma relação com a moral e, conseqüentemente, com a ética.

É importante tratarmos por meio de debates e diálogos esta concepção ética, do que cada um tem de fazer, pois nos diversos contextos em que essas dimensões se evidenciam, é possível levantar hipóteses da falta do exercício ético na concepção profissional. Mesmo com base nos atos legislativos que determinam e regulam o sistema, até intervenções e práticas profissionais que se estabelecem nos mais diversos ambientes, há uma tomada de decisões que muitas vezes se

esquivam da ética profissional.

Severino (2003) entende que pedagogos, especialistas, professores são todos “profissionais da educação” e que o lastro comum de sua formação e identidade é a competência e a qualificação para trabalhar intencionalizadamente com a “educabilidade” dos sujeitos humanos. Mesmo o autor referenciando de forma específica professores e pedagogos, podemos fazer uma contrapartida aos neuropsicopedagogos também, por atuarem no campo educacional e isso nos possibilita perceber que a atuação desse profissional é de maneira ampliada, por alcançar espaços fora do ambiente escolar, como os movimentos sociais, grupos comunitários, empresas, hospitais, etc.

Assim, com essa vasta atuação é importante que este profissional não se atente apenas ao seu agir terapêutico educacional, mas também com a devida postura ética mediante a conflitos e/ou situações inapropriadas. Sem dúvidas, espera-se desse profissional qualidade específicas exigidas do convívio social, havendo respeito e dignidade para com as pessoas.

Desta forma, podemos contextualizar a ideia do autor com os profissionais neuropsicopedagogia, pois:

O Código de Ética Técnico Profissional tem o objetivo maior estabelecer critérios e de orientar os profissionais da Neuropsicopedagogia no Brasil quanto aos princípios, normas e valores ponderados à boa conduta profissional, estabelecendo diretrizes para o alcance profissional da Neuropsicopedagogia e para as interações com a SBNPp. Faz-se necessário a revisão deste Código, a cada biênio, ou quando solicitado mediante aos critérios fixados no Estatuto Oficial e Regimento Interno da SBNPp, a fim de que se mantenha atualizado com as expectativas dos profissionais e da sociedade em geral. (Art 2º- CAPÍTULO I. RESOLUÇÃO SBNPp N° 03/2014).

Quando se questiona a formação do neuropsicopedagogo, logo se pensa em um preparo acadêmico que garanta uma postura mediante o mercado de trabalho, se estes profissionais conseguirem suprir as necessidades que são impostas no dia a dia. Mas pouco é perceptível ou questionável quando se trata de uma formação baseada nas questões éticas.

Segundo Rios (1997), a dimensão ética não está presente apenas na competência do educador. Ela faz parte da competência profissional, qualquer que seja o espaço de atuação dos indivíduos. O neuropsicopedagogo, como terapeuta e profissional da educação precisa atuar dentro das competências éticas, promovendo avanços em seus trabalhos.

Desta maneira, é passível de se perceber que o neuropsicopedagogo precisa possuir de forma abrangente e profunda, em sua formação, uma dimensão que lhe possibilite desempenhar na sociedade uma atitude e postura ética, tanto por se tratar de uma questão científica, quanto por envolver a construção de novas melhorias nas terapias em que desenvolve. A dimensão ética da existência humana se faz presente cotidianamente em nossas vidas, de modo que não se pode negar a sua importância para a evolução humana,

sobretudo a do próprio neuropsicopedagogo.

A formulação do Código de Ética Técnico Profissional, responde ao âmbito organizativo dos Neuropsicopedagogos, ao momento em que se encontra a área e os contextos de atuação no Brasil e ao estágio de iniciação e desenvolvimento da Neuropsicopedagogia enquanto campo científico e de legitimação e reconhecimento profissional pelas leis que regem o país. Este instrumento reflete na necessidade, sentida pelas entidades representativas, seja de formação e atuação educacional e profissional ou, de ambiente profissional em atender à evolução do contexto institucional desta área no país. (Art 6º- CAPÍTULO I. RESOLUÇÃO SBNPp N° 03/2014)

Assim, o neuropsicopedagogo precisa questionar sobre seu objeto de trabalho e também sobre a sua produção de conhecimento, métodos, afetividades e outras relações que envolvem a sua prática profissional. Tem-se a necessidade de uma reflexão no âmbito educacional e juntamente com isso, há pressupostos, esclarecimentos e impasses que a prática profissional proporciona. O neuropsicopedagogo precisa ser portador de ética em sua forma de pensar e agir.

É necessário que os profissionais atuantes nas mais variadas funções e especificamente o neuropsicopedagogo, estude, investigue e aplique sobre os diversos problemas cognitivos que muitos indivíduos apresentam no processo de estimulação cognitiva com foco na aprendizagem. Porém, essa aplicabilidade não pode ser utilizar de concepções do senso comum e achismos, mas de uma postura profissional e principalmente contemplada na formação ética.

Falar sobre as práticas neuropsicopedagógicas, em específico no Brasil, ainda é dilema, visto que os estudos sobre esta área ainda são muito recentes, para sermos mais exatos, estudos sobre neuropsicopedagogia no Brasil só existe há cerca de 10 anos, inclusive com alguns tabus que precisam ser desmistificados e para isso é preciso que não somente nós terapeutas da cognição, mas o meio profissional como um todo esteja preparado para aceitar nosso trabalho e saber que compartilhamos conhecimentos e possibilitamos processos de habilitação e reabilitação cognitiva, através de profissionalismo e rigor ético. Assim, diante do exposto, levantou-se a seguinte problemática: Como a concepção ética profissional se manifesta na prática neuropsicopedagógica?

Este estudo justificou-se pela contribuição que poderia vir a ter para a compreensão da concepção ética profissional na prática neuropsicopedagógica. Buscou-se construir um referencial teórico-reflexivo para se entender as formas de postura ética profissional utilizadas pelos neuropsicopedagogos, visando ações planejadas e articuladas, como fator positivo no desenvolvimento integral do indivíduo, que tem como objetivo geral compreender a concepção ética profissional manifestada na prática neuropsicopedagógica e específicos: a) analisar as formas de intervenção do neuropsicopedagogo no âmbito profissional; b) investigar os impactos ocorridos mediante a falta de ética na intervenção neuropsicopedagógica.

O contexto do tema é favorável aos profissionais que atuam de forma direta com os sujeitos que apresentam tais dificuldades (pedagogos, psicólogos, neuropsicopedagogos e psicopedagogos), na medida em que se avança nas investigações sobre tais intervenções, nos fortalecemos a desenvolver postura ética, mediando situações intencionais, fazendo uma autoanálise para que haja veracidade na sistemática desenvolvida para os indivíduos que estão em reabilitação cognitiva.

2 | ABORDANDO A TEMÁTICA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

Para abordar a temática da neuropsicopedagogia como uma maneira de demonstrar exemplos de intervenções perante a algumas dificuldades de aprendizagens neurológicas, se faz necessário entender previamente a concepção ampla da neuropsicopedagogia e a sua regulamentação, para depois aprofundarmos em como os profissionais atuam de forma ampla no contexto clínico, em diagnósticos, instrumentos avaliativos e acompanhamentos, a fim de propiciar o desenvolvimento da aprendizagem ao indivíduo, seguindo os as concepções éticas. Para isso, me utilizo da autora Acampora (2017) que descreve de forma explicativa e objetiva a temática em questão.

Para a autora a neuropsicopedagogia é uma área que interliga conhecimentos de Psicologia cognitiva e da Pedagogia, possibilitando a compreensão da forma em que o cérebro dos indivíduos receptivos assimila as informações que são transmitidas a eles. É uma área que estuda o sistema nervoso e sua atuação no comportamento humano, tendo como enfoque a aprendizagem contribuindo para a Educação, pois abre possibilidades para o educador perceber o indivíduo em sua totalidade, a partir de conhecimentos neurocientíficos, pedagógicos e psicológicos.

Pode-se perceber que as tríades destes conhecimentos são significativas na busca dos desenvolvimentos dos sujeitos que apresentam as dificuldades neurológicas. Antes o que se denominava como incapacidade, impossibilidades de avanços e estagnações de comportamentos, ganha uma nova abordagem, acreditando na evolução desses indivíduos que apresentam as suas especificidades de aprendizagem.

Segundo Acampora (2017), a Neuropsicopedagogia tem as mesmas bases de regulamentação da Psicopedagogia, pautadas nos seguintes documentos: - Lei nº 3.124/97 (Senado Federal, que pode ser acompanhada a sua tramitação pelo site da Câmara dos Deputados); - Certificado de Especialista com registro no MEC (CNE) e estar devidamente registrado na ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia). Também as atividades e atribuições do profissional em Psicopedagogia servem de base para os da Neuropsicopedagogia, conforme dispõe o artigo 4º do Projeto de Lei n.º 3.512, de 2008, que regulamenta a função de psicopedagogo.

O neuropsicopedagogo além de realizar as intervenções e realização de diagnósticos, métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos para a pesquisa, prevenção, avaliação

e intervenção realizadas a aprendizagem, ele, possui um conhecimento mais amplo que o psicopedagogo sobre a função cerebral, compreendendo como esse cérebro, recebe, seleciona, transforma, memoriza, arquiva, processa e elabora todas as sensações captadas pelos elementos sensores, pois partindo desta concepção, ocorre a adaptação das metodologias e formas educacionais a todas as pessoas, principalmente daqueles sujeitos que apresentam características cognitivas e emocionais diferentes.

Toda e qualquer dificuldade de aprendizagem precisa de análises e anamneses, a fim de que possamos chegar ao diagnóstico neuropsicopedagógico. Esse processo requer investigação das formas de aprendizagens dos sujeitos, analisando seus modos de aprender, as áreas de competências, limitações e habilidades. Vale ressaltar que é de suma importância compreender as origens das dificuldades e/ou possíveis distúrbios de aprendizagem que venham a ser apresentados. O diagnóstico não pode se deter apenas ao neuropsicopedagogo, é necessário complementar-se aos demais profissionais como o neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionista, dentre outros, objetivando profunda investigação, para que se elabore as intervenções necessárias.

Na busca por um diagnóstico, o neuropsicopedagogo juntamente com os demais profissionais precisam se apoiar em instrumentos avaliativos capazes de evidenciar a dificuldade em questão. Assim, se faz necessário utilizar-se de recursos para que posteriormente seja desenvolvido o plano de intervenção. E como os instrumentos avaliativos podem ser realizados? Através das diferentes modalidades de atividades e testes padronizados, utilizados de acordo com a habilitação de cada profissional, juntamente com a composição do time multidisciplinar da clínica.

Acampora (2017) contribui com seu estudo relatando que de maneira geral, ocorre análise dos materiais escolares, questionários, atividades matemáticas, como resolução de cálculos, problemas, exercícios de lógica; escrita livre e dirigida, visando avaliar a grafia (qualidade da letra ou caligrafia); ortografia e produção textual; leitura (decodificação e compreensão); desenhos; jogos de construção, jogos simbólicos e com regras; testes psicomotrízes; interações grupais e usa-se também testes de neurofeedbacks.

3 | IMPACTOS ÉTICOS NAS INTERVENÇÕES NEUROPSICOPEDAGÓGICAS

Como descrito no decorrer deste artigo, falar sobre ética não é uma tarefa simples, principalmente quando o assunto é considerado por muitos um tema saturado. Mas me dedico a desenvolver este trabalho visando uma perspectiva de compreensão e aprofundamento do campo ético, de forma a contribuir para a dimensão da pesquisa.

Ao estudar sobre ética me deparo com os enormes desafios existentes, na questão do uso pelos neuropsicopedagogos, seja nas suas atitudes como no ensino, mas também vejo as dificuldades da temática na esfera desta formação. Muitos profissionais apresentam dificuldades na exploração deste, mesmo apresentando vontade de se aprofundar no tema.

Retratar a ética no contexto educacional é uma dificuldade que se relaciona com o momento que é vivido pela sociedade, e no campo terapêutico as dificuldades podem ser maiores quando o neuropsicopedagogo não possui uma formação que venha dispor desse eixo. Se faz necessário possuir olhares específicos, com estudos a respeito da etimologia, dos valores da ética, como tentativa de ampliar reflexões em torno desse objeto “ a prática ética”, a fim de possibilitar intervenções neuropsicopedagógicas responsáveis.

Para uma prática consciente na ética dos neuropsicopedagogos é necessário primeiro que as instituições formadoras desses profissionais disponham de professores críticos e reflexivos, mas essa formação nunca foi tarefa fácil, principalmente quando se vive em tempos atípicos. Outro impasse é a dificuldade que se tem para o desenvolvimento de pesquisa. Para uma formação continuada, especialista e profissional se faz necessário ter envolvimento, dedicação e investimento em pesquisa.

Monteiro (2009) relata que fazer pesquisa em filosofia ou em educação é sempre correr o risco de não contar com o auxílio dos órgãos financiadores. Os projetos que são aprovados sempre sofrem cortes de verbas. A autora ainda ressalta que as universidades brasileiras vêm constituindo uma cultura científica recente e as pesquisas nas ciências humanas têm poucos recursos financeiros. As atividades de pesquisa são ainda um privilégio para poucos. Pensar acerca de concepções éticas profissionais implica na possibilidade de uma formação voltada para a ética e sem pesquisa e recursos financeiros é romper com essa perspectiva.

Questionar-se sobre ética é se perguntar sobre a práxis dos professores, da maneira como ocorre esse desenvolvimento nos mais variados cursos, como esse ensino é viabilizado e trabalhado. Atualmente, percebe-se uma decadência nessa formação e da sua prática, principalmente nas salas de aula do nível básico.

A ética é um campo temático que está inserido no contexto educacional da filosofia, desta forma é plausível de se esperar que os professores de filosofia ministrem conteúdos, elaborem trabalhos, desenvolvam pesquisas que contemplem esta temática, por mais que não seja disponibilizada carga horária suficiente para isso nos cursos de formação. Porém, penso que as outras licenciaturas deveriam também dispor dessa demanda. Sabe-se que os parâmetros curriculares de cada disciplina dispõem em seus eixos temáticos a perspectiva ética, entretanto observo que constar dos parâmetros não é o suficiente.

É preciso relacionar a concepção ética com a intervenção do neuropsicopedagogo, em todas as disciplinas que o curso oferece, não somente no módulo em que aborda diretamente o tema. Se faz necessário desenvolver o pensamento crítico mediante as adversidades que muitos encontram ao longo da sua prática interventiva.

Quando um neuropsicopedagogo não percebe que possui dificuldades em suas intervenções práticas, negativamente ele influenciará na reabilitação de seu aprendiz. Não fazer essa autoavaliação e continuar no não desenvolvimento do indivíduo, é agir de forma antiética. A partir do momento que este neuropsicopedagogo percebe que possui

essas falhas e não muda a sua postura, ele está propositalmente contribuindo para a não evolução do ser, que, por sua vez, terá sua aprendizagem impossibilitada.

Essa formação voltada a concepções éticas requer muito estudo e aprofundamento na questão, porém se houver a ausência de estudos na área de formação continuada, os professores terão dificuldades em desenvolver nos cursos de formação e os alunos por sua vez de ter bom desenvolvimento de suas práticas neuropsicopedagógicas. É necessário se investir em produção de conhecimento, estudos eficazes que contribuam para o desenvolvimento tanto de professores, como de alunos, que venham possibilitar maiores interesses no ensino da ética. O professor precisa mediar aprendizados para os discentes de neuropsicopedagogia, por meio da construção de conhecimentos, de forma que essas atividades de pesquisa tenham enfoque nas intervenções éticas.

Para Severino (2015, p.15) é evidente que todo o investimento teórico e prático com vistas a uma qualificada formação universitária só encontra sua legitimação no compromisso com uma educação que seja efetivamente uma força emancipatória. Seu compromisso fundamental é com a construção da cidadania, qualidade de vida humana digna. Para o autor, a formação universitária não se faz apenas como habilitação técnica, profissional e científica, ela está necessariamente em pauta também em uma dimensão ético-política.

Refletindo sobre essa afirmativa de Severino, proponho-me a pensar nas demandas que inúmeros centros formativos possuem, em propostas educacionais e em objetivos que as mesmas precisam cumprir de forma que possam contribuir para a construção de uma consciência social, porém muitas vezes o disposto pela instituição recai no tradicionalismo, havendo ensino mecanizado e longe do estímulo de pensamentos, investigações e principalmente valores éticos.

Assim, é também por exigência ética que a educação deve se conceber e se realizar como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivistas das mediações existenciais dos homens. É isto que lhe dá, aliás, a sua qualificação ética. É por isso também que o investimento na formação e na atuação dos profissionais dos diversos campos não pode, pois, reduzir-se a uma suposta qualificação puramente técnica. Ela precisa ser também política, isto é, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. E é sendo política que a educação e a cultura se tornarão intrinsecamente éticas (SEVERINO, 2015. p.15-16).

A perspectiva da dimensão ético-política nos faz refletir sobre como o indivíduo irá construir sua concepção profissional, como ele desenvolverá isso na sua vida coletiva, em prol de uma postura que deva existir acima de qualquer desejo pessoal. Indo mais profundo, o neuropsicopedagogo precisa formar-se nesta concepção ético-política, pois o processo de ensino-aprendizagem que ele dispõe ao seu neuro-aprendiz precisa assumir um caráter efetivo e prático, para que haja a eficácia da construção de sua aprendizagem.

Para Severino (2015) o processo de ensino/aprendizagem no curso superior tem seu

diferencial na forma de lidar com o conhecimento. Aqui, o conhecimento deve ser adquirido não mais através de seus produtos, mas de seus processos. Para ele, o conhecimento deve se dar mediante a construção dos objetos a se conhecer e não mais pela representação desses objetos.

Se analisarmos sobre nossa formação, sobretudo se estivermos neste processo continuado, como é o caso dos cursos de especializações, é possível identificar quais professores possibilitaram a construção ensino/aprendizagem. É possível aferir quais professores possuíam comprometimentos éticos na mediação de conhecimentos para com os seus alunos no intuito de almejar de fato o objetivo de formar neuropsicopedagogos competentes para atuarem de forma efetivamente ética.

Entretanto, buscando mais profundamente, analiso com base nas vivências, que a formação do neuropsicopedagogo ou qualquer outro profissional não depende apenas do comprometimento e ensino dos docentes, é preciso que o discente também busque uma formação ética. Ter organização, desenvolver seus trabalhos de forma coerente e longe de plágios, comprometer-se com a entrega das atividades no prazo, estudar para as provas, estagiar de forma valorativa enfim, pequenas atitudes que o aluno deveria cumpri-las. É preciso compreender que estamos em um campo terapêutico, onde além de investigar possíveis dificuldades pelos indivíduos, também desenvolvemos intervenções que irão causar mudanças na vida deste ser.

Espera-se que a formação ocorra por meio de características éticas, políticas e estéticas, para que nenhum indivíduo seja inferiorizado em seu ambiente de trabalho, nem oprimido nas relações sociais que ocorrerem e nem alienado por meio da vivência cultural. É pensando na formação ética que podemos nos desviar dessas possíveis coerções, pois é através do processo educativo do qual o conhecimento se produz e reproduz, que nos formaremos profissionais competentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que se tenha espaço de reconhecimento e questionamentos, abrangendo várias concepções epistemológicas e práticas dos profissionais da área neuropsicopedagógica, propiciando uma contribuição e incentivando um debate em busca de identificar os paradigmas da educação. Desta forma é necessário a ética atrelada à neuropsicopedagogia, com a proposição de reflexão e compreensão dos princípios que regem o profissional neuropsicopedagogo, pois dentre esses princípios, destacam-se os éticos que também estão envolvidos com os processos de aprendizagem e formações pessoais.

De certo modo ocorre um conflito na área educacional devido à falta de consenso em torno de um paradigma epistemológico, com isso os profissionais que buscam uma formação com base em concepções éticas, buscam apoio em outras ciências, como por

exemplo, sociologia e filosofia. A filosofia da educação coloca em confronto a educação com suas próprias origens, fazendo interlocução entre educação e diálogo. Ela deveria contribuir para a formação dos educadores através da prática da postura refletida e dos valores éticos, que não se restringem ao trabalho e não se fixam em torno de um determinado aspecto temático. Existem certos conflitos que abrangem o agir educacional, implicam em estratégia de desresponsabilização objetiva do agir e assim, os participantes do processo educativo se perdem equivocadamente, impossibilitando formações efetivas.

Seria ideal um maior número de neuropsicopedagogos se dispendo a desenvolver uma prática ética não somente pela obrigatoriedade da formação, mas sim visando o pleno desenvolvimento de seus aprendizes, além da busca pelo conhecimento e para contribuir com o desenvolvimento intelectual da sociedade, pois desta maneira não teríamos apenas uma visão de empregabilidade, mas também uma ideologia comprometida com a prática científica e interventiva. Isso depõe a favor de um maior rigor ético.

REFERÊNCIAS

RESOLUÇÃO SBNPp N° 03/2014. **Código de ética técnico profissional da neuropsicopedagogia**, 2014.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e Competência*. São Paulo: Cortez, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A contribuição da filosofia para a educação. Em aberto**. Brasília, ano 9, n° 45, jan mar 1990.

_____. **A Filosofia e a Ética na Educação**. Feusp, Org.). *Caleidoscópio: temas de educação e filosofia* 1, 15-30, 2002.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995